

Convenção Coletiva de Trabalho 2023

Ficam estabelecidas as seguintes parcelas salariais para a Categoria nos seguintes valores para o ano 2023:

I - CONTADOR - R\$11.204,19 (um mil duzentos e sessenta e quatro reais e dezesseis centavos) mensais, para uma jornada de 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

II - TÉCNICO EM CONTABILIDADE - R\$ 5.422,28 (cinco mil quatrocentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos), para uma jornada de 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

CLAUSULA QUARTA - AJUSTE SALARIAL

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

PELO PRESENTE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, CELEBRADA ENTRE PARTES, DE UM LADO REPRESENTANDO A CATEGORIA PROFISSIONAL, O SINDICATO DOS CONTABILISTAS NO ESTADO DO ESTADO DO PIAUÍ - SINDCONT-PI, COM SEDE À RUA OLAVO BILAC, 1520 ED. KARLA SALA 101- TERESINA-PI - CEP 64001-280, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 06.785.703/0001-59, FUNDANDO EM 21 DE MARÇO DE 1943, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA PRESIDENTE JOSAFAM BONFIM MORAES DO RÊGO E DO OUTRO, REPRESENTANDO A CATEGORIA ECONÔMICA, O SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS, E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS DO ESTADO DE PIAUÍ - SESCON/PI, COM SEDE NA AVENIDA JOSE DOS SANTOS E SILVA, 2090 CENTRO SUL INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 03.349.855/0001-10 REPRESENTADO POR SEU PRESIDENTE JOSE RAULINO CASTELO BRANCO FILHO, AMBOS DEVIDAMENTE AUTORIZADOS PELAS RESPECTIVAS ASSEMBLÉIAS GERAIS, DE CONFORMIDADE COM OS ARTIGOS 611 E 623 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, FICA JUSTA E ACORDADA A PRESENTE CONVENÇÃO COLETIVA, NOS TERMOS QUE SE SEGUEM E QUE NO FINAL ASSINAM:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA DATA-BASE E VIGÊNCIA

Fica assegurado o dia 01 de Janeiro de cada ano, como data-base da Categoria Contábil e a presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência no período de 01 de janeiro de 2023 até 31 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA SEGUNDA: ABRANGÊNCIA

A presente convenção Coletiva de trabalho contemplará a(s) categoria(s) dos empregados abrangidos pelo Decreto Lei n.º 9.295 de 27/05/1946 no âmbito de Representação Profissional Contábil, registrado no Conselho Regional de Contabilidade do Piauí e, como tal, sejam Empregados nas Entidades, Empresas de Contabilidade, ou autônomos equiparados, filiados ou não a qualquer entidade, que exerçam suas funções em todo território no Piauí.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PISO SALARIAL

Ficam estabelecidos os seguintes pisos salariais para a Categoria dos empregados abrangidos por essa Convenção:

I- **CONTADOR** - R\$ 1.864,19 (Um mil oitocentos e sessenta e quatro reais e dezenove centavos) mensais, para uma jornada de 220(duzentos e vinte) horas mensais.

II- **TÉCNICO EM CONTABILIDADE** - 1.542,78 (Um mil quinhentos e quarenta e dois reais e setenta e oito centavos), para uma jornada de 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

CLÁUSULA QUARTA: REAJUSTE SALARIAL



Fica garantido que em 01 de janeiro de 2023, os salários dos empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, que ganham acima do piso salarial da categoria serão reajustados em 5,93 (**cinco vírgula noventa e três cento**), incidentes sobre o salário de janeiro de 2022, deduzindo-se as antecipações, excetuando-se os aumentos espontâneos e os decorridos de promoções. Representa esta convenção uma atualização salarial de 5,93% (cinco vírgula noventa e três por cento) de aumento salarial.

CLÁUSULA QUINTA: DAS HORAS EXTRAS

As horas extras que excederem a jornada normal de trabalho serão remuneradas com 50% (cinquenta por cento) para horas prestadas em dias normais e 100%(cento por cento) as horas prestadas aos domingos e feriados.

CLÁUSULA SEXTA: DO ADICIONAL NOTURNO

O Adicional Noturno a que se refere o art. 73 da CLT será na base de 20% (vinte por cento) em relação à hora diurna.

CLÁUSULA SETIMA : DAS MÉDIAS DE HORAS EXTRAS E ADICIONAIS NOTURNOS

A média das horas extras e adicionais noturnos, habitualmente prestados, será com base nas quantidades dos últimos 12 (doze) meses e refletirá no pagamento das férias, 13º salário e descanso semanal remunerado (DSR), principalmente no caso de rescisão de Contrato de Trabalho e para todos os demais fins de direito.

CLÁUSULA OITAVA: AUXILIO ALIMENTAÇÃO

As empresas fornecerão vale refeição ou vale alimentação ou equivalente aos empregados beneficiados por esta convenção, no valor mínimo de R\$ **12,65 (Doze reais e sessenta e cinco centavos)** pelos os dias úteis trabalhados e cumprirem a jornada de trabalho determinada nesta convenção, observando a legislação do PAT, e não terá natureza remuneratória, nos termos contidos na Lei nº 6.321/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Não farão jus a este benefício os empregados em gozo de férias e/ou licenças.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As empresas que fornecerem vale refeição ou vale alimentação ou equivalente estão desobrigadas de fornecerem os 02(dois) vales transportes do intervalo intrajornada.

CLÁUSULA NONA: DO TRANSPORTE

Fica assegurado aos empregados abrangidos por essa Convenção, o direito ao Vale Transporte de acordo com a CLT e Lei nº 7.418/1985.

CLÁUSULA DÉCIMA: CBO

Fica assegurado que as empresas ao anotarem na CTPS dos seus empregados, o cargo para o qual fora contratado, conforme títulos e códigos constantes na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS RESCISÕES DE CONTRATO DE TRABALHO

De acordo com a Reforma Trabalhista não será obrigada que a homologação da rescisão de contrato seja feita junto ao Sindicato da categoria nem na Superintendência da Delegacia do Ministério do trabalho. Portanto, independentemente se o empregado tem ou não mais de um ano de vínculo empregatício, a formalização do desligamento poderá ser realizada na própria empresa. Além da unificação dos prazos para pagamento, esclareça-se que no caso da rescisão com aviso prévio indenizado o prazo para pagamento das verbas rescisórias passa a ser de 10 (dez) dias do término do contrato e não mais 10 (dez) dias da notificação do aviso prévio. Desta forma, o empregado com mais de 1 (um) ano de serviço dispensado sem justa causa deverá aguardar os 10 dias, após o fim do contrato de trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO AVISO PRÉVIO

Ocorrendo dispensa sem justa causa de empregado, o Aviso Prévio será pago na forma da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS COMPROVANTES DE PAGAMENTOS

Fica assegurado ao empregado abrangido por essa convenção, o fornecimento, pelo empregador, dos comprovantes de pagamentos, contendo identificação da Empresa ou Entidade, dos descontos, das parcelas do FGTS, bem como, cópia do Contrato de Trabalho, quando escrito, e de experiência, quando ocorrer.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA : DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Readmitido o empregado no prazo de 01 (um) ano na função que exercia, não será celebrado novo contrato de experiência, desde que cumprido integralmente o anterior.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA: DA DISPENSA ANTES DA DATA-BASE

Fica assegurado ao empregado abrangido por essa convenção não ser dispensado 30 (trinta) dias antes da Data-Base. Caso ocorra a demissão, terá

direito de receber a indenização de 01 (um) mês de salário, incluído na Rescisão para todos os fins de direito.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA: DA ESTABILIDADE PROVISÓRIA PRÉ-APOSENTADORIA

Para os contabilistas (Técnico em Contabilidade ou Contador) empregados admitidos até a data de assinatura deste acordo, serão garantidos o emprego ou salário pelo período de 24 (Vinte e quatro) meses que antecederem ao seu direito de obter a aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (Proporcional ou integral), desde que completado 05 (Cinco) anos de serviço prestados ao mesmo empregador. Não prevalecerá tal direito se o empregado for demitido por justa causa.

CLÁUSULA DECIMA SETIMA - DAS DEMANDAS EXTRAORDINÁRIAS ANUAIS.

Nos meses de fevereiro, março, abril, maio e junho a jornada normal de trabalho, nos escritórios de contabilidade, poderá ter acréscimo de uma 02 (duas) horas. Estas horas serão compensadas ou pagas conforme especificado nos parágrafos seguintes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- As horas extras trabalhadas durante esse período serão compensadas com as folgas do período de Carnaval e Semana Santa de 2023, conforme a CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA.

PARAGRAFO SEGUNDO- O pagamento das horas extras excedentes e efetivamente trabalhadas será inserido na folha de pagamento até o mês de junho de 2023.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Havendo demissão antes da data prevista para a compensação, as horas extras efetivamente trabalhadas serão pagas no Termo de Rescisão de Contrato com acréscimo de 80% (OITENTA POR CENTO) sobre a hora normal.

PARÁGRAFO QUARTO: As empresas que não tiverem interesse na prorrogação de jornada de trabalho no período estabelecido nessa cláusula, deverão comunicar ao sindicato laboral até o dia 31/03/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS COMPENSAÇÕES DAS HORAS TRABALHADAS

Empregados e empregadores poderão, desde que os empregados sejam assistidos pelo Sindicato dos Contabilistas no Estado de Piauí - SINDCONT/PI -, firmar Acordo de Compensação de Horas, tudo em conformidade com o art. 59, § 2º da CLT.

CLÁUSULA DECIMA NONA: DURAÇÃO E HORÁRIO DE TRABALHO

A Jornada máxima de trabalho será de 44(quarenta e quatro) horas semanais e 220 (duzentos e vinte) horas mensais, ressalvadas as jornadas de trabalho

especiais previstas em legislação ou lei que regulamente nova jornada de trabalho.

Parágrafo único – As 04 (quatro) horas de sábado, poderão ser compensadas durante a semana, de segunda à sexta-feira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA : FOLGAS NO DIA DO CONTADOR E PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLÉIA

Fica assegurada à folga sem necessidade de compensação para os empregados beneficiados por esta convenção a última segunda-feira do mês de outubro 30/10/2023, em **comemoração ao dia do contador**, também fica assegurado o abono de faltas dos profissionais beneficiados pela convenção nos dias que participar nas assembleias no SINDICONT a partir da homologação da convenção de 2023 pela DRT/PI, desde que não ultrapassado 02 (duas) assembleia durante a vigência da convenção.

CLÁUSULA VIGESIMA PRIMEIRA: CARNAVAL E SEMANA SANTA

As empresas dispensarão os empregados beneficiados por esta convenção no período do carnaval a partir de sábado retornando somente na quarta- feira a partir das 14h, e na semana santa a partir de quinta-feira ao meio-dia, retornando somente na segunda-feira, sendo considerado dia útil não trabalhado.

Parágrafo único – As horas a serem computadas como folga serão as seguintes: sábado, segunda-feira de carnaval e o turno da manhã da quarta-feira de cinzas; o turno da tarde da quinta-feira e o sábado da semana santa.

CLÁUSULA VIGESIMA SEGUNDA : RECESSO

Fica assegurado aos empregados beneficiados da presente Convenção FOLGA nos dias 24 e 31 de dezembro a serem compensadas conforme acordo entre empregado(a) e empregador.

CLÁUSULA VIGESIMA TERCEIRA: FRACIONAMENTO DE FÉRIAS

Fica facultado ao empregado e empregador o direito de fracionamento das férias do empregado, que poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.

CLÁUSULA VIGESIMA QUARTA: DO INÍCIO DAS FÉRIAS

De acordo com Artigo. 134§ 3º da Lei nº 13.467/2017 "é vedado o início de férias no período de 02 dias que antecede o feriado ou dia de repouso Semanal Remunerado".

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: UNIFORME

As empresas que estabelecerem o uso obrigatório de uniforme no trabalho deverão fornecê-lo de forma gratuita, sem ônus para o empregado. Não havendo devolução por ocasião de demissão a pedido ou sem justa causa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: EXAMES MÉDICOS E ATESTADOS MÉDICOS OU ODONTOLÓGICOS

As Empresas ficam obrigadas a assegurar a todos os Empregados, sem ônus para os mesmos, exames periódicos, admissional e dimensional através do Médico do Trabalho conforme legislação vigente.

Assegura-se a eficácia aos atestados médicos e odontológicos, fornecidos por profissionais credenciados pela empresa, Sindicato ou Previdência Social suscitante para o fim de abono e falta ao serviço.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: DA LIBERAÇÃO DO DIRIGENTE SINDICAL

Será liberado da empresa, a partir da homologação desta convenção, o dirigente sindical que, por imperiosa necessidade tenha que prestar serviços na entidade profissional, sem perda da remuneração, desde que a empresa possua em seus quadros empregados para substituí-lo o profissional na sua ausência, limitada a 02 (duas) assembleias durante a vigência desta convenção.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: DO QUADRO DE AVISOS

Ficará assegurado ao Sindicato da Categoria afixar em locais próprios nas empresas, os avisos e comunicações de interesse dos empregados abrangidos por essa convenção, bem como, de cópia da Convenção, vedada a divulgação de matéria político-partidária ofensiva a quem quer que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL SINDICAL

I - Os empregadores descontarão de seus empregados, conforme decisão tomada em Assembleia Geral do Sindicato dos Contabilistas no Estado do Piauí a Título de fortalecimento do Sindicato e também pra ajuda de custeio destinada ao financiamento nas despesas da negociação coletiva e de outras atividades sindicais, que serão beneficiados com a presente Convenção e repassarão ao Sindicato Laboral até o mês subsequente ao registro desta Convenção na Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Piauí – SRTE-PI, em forma de depósito ao Sindicato dos Contabilistas no Estado do Piauí conta da Caixa Econômica Federal agência 0029 operação 003 conta 000012-7, a importância correspondente a **1%(um por cento)** Salário Base de cada empregado membro da categoria profissional, a título de Contribuição Assistencial Sindical, cabendo autorização do empregado, desde que a faça por escrito ao Sindicato Laboral no prazo de 10 (dez) dias após assinatura e publicação em rede social.



CLÁUSULA TRIGÉSIMA : DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL

I – Conforme deliberação da ASSEMBLEIA GERAL do Sindicato Patronal conveniente fica estabelecida para todas as empresas representadas pela abrangência descrita na Clausula Segunda desta Convenção, o pagamento da contribuição de 1% (um por cento) sobre o montante da folha de pagamento de fevereiro de 2023, tendo como valor mínimo a importância de R\$ 100,00(CEM REAIS), a ser recolhida até o dia 10 de abril de 2023 para o Sindicato Patronal em guias próprias fornecidas pela entidade, independentemente de possuir ou não empregado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA: DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

I - Contribuição Sindical Empregados com vínculo e Autônomos

De acordo com o Art. 582.Os empregadores são obrigados a descontar da folha de pagamento de seus empregados relativa ao mês de março de cada ano a Contribuição Sindical dos empregados que autorizaram prévia e expressamente o seu recolhimento em favor do Sindicato dos Contabilistas no Estado do Piauí, com vencimento em 30/04/2023, em GRCS específica para a finalidade.

De acordo com o Art. 578. As contribuições devidas aos sindicatos pelos participantes das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais que sejam associados ou não no SINDCONT-PI representadas pelas referidas entidades serão, sob a denominação de Contribuição Sindical, pagas, recolhidas no exercício de 2023, e, aplicadas na forma estabelecida neste Capítulo, desde que prévia e expressamente autorizadas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA: DO DESCONTO DOS ASSOCIADOS SINDICALIZADOS

Os empregadores efetuarão o desconto das mensalidades dos empregados sindicalizados associados, por eles autorizados, fazendo o respectivo depósito em conta específica do Sindicato dos Contabilistas no Estado do Piauí, na Caixa Econômica Federal, em guia própria específica e diferenciada, remetendo posteriormente a relação dos associados e cópia da guia autenticada ao Sindicato dos Contabilistas no Estado do Piauí.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA : DA SINDICALIZAÇÃO

As empresas por ocasião da admissão de seus empregados deverão facilitar-lhes a sindicalização encaminhando-os ao Sindicato da Classe e proporcionar-lhes o que for necessário para esse fim.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA: FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES

Fiscalização e aplicação de penalidades da presente convenção coletiva de trabalho caberá à Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Piauí.- SRTE-PI.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O descumprimento da Presente Convenção Coletiva de Trabalho, sujeitará a parte infratora ao pagamento da multa em favor do empregado prejudicado 1/2 (meio) Piso Salarial da categoria.

PARAGRAFO SEGUNDO – As partes contratantes se comprometem, antes de aplicarem a penalidade prevista no parágrafo primeiro, a notificarem o infrator, por escrito, sobre a cláusula que esta sendo infringida, concedendo um prazo de 30(trinta) dias, a contar da notificação, para que o mesmo adote as providências necessárias objetivando a sua regularização.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA: EFEITOS JURÍDICOS

Assim, por estarem justas, firmam a presente Convenção Coletiva de Trabalho, em 04(quatro) vias de igual teor e forma, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos, sendo levada a registro e arquivamento na Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Piauí. -SRTE-PI, conforme determina o parágrafo único do Art. 613 da CLT.

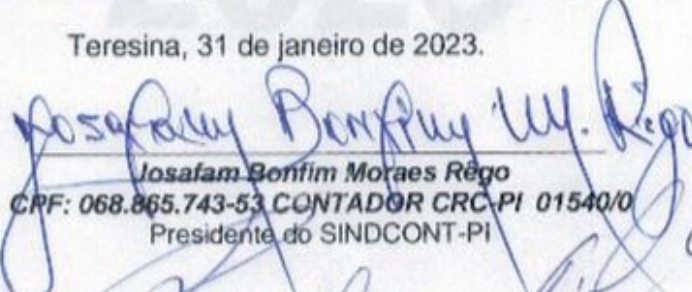
PARAGRAFO PRIMEIRO : DAS EVENTUAIS CONTROVÉRSIAS


As dúvidas, controvérsias ou litígios que resultarem da interpretação desta Convenção, serão explicados, conciliadas ou dirimidas pela Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Piauí. -SRTE-PI ou pela Justiça do Trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA : FORO

As partes elegem o foro de Teresina-PI, para dirimir quaisquer controvérsias, oriundas da interpretação e cumprimento da presente Convenção Coletiva de Trabalho, em detrimento de outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Teresina, 31 de janeiro de 2023.


Josafam Bonfim Moraes Rêgo
CPF: 068.865.743-53 CONTADOR CRC-PI 01540/0
Presidente do SINDCONT-PI


José Raulino Castelo Branco Filho
CPF: 239.835.403-25 CONTADOR CRC-PI 3051/0
Presidente do SESCON-PI